

DES'MEDIDA: SAÚDE MENTAL E DIREITOS HUMANOS - POR UM ACOMPANHAR NA REDE

Moysés da Fontoura Pinto Neto (Direito ULBRA); Moises Romanini (Coordenador Geral do Des'Medida - Psicologia UFRGS); Simone Mainieri Paulon (Psicologia UFRGS); Dario Frederico Pasche (Saúde Coletiva UFRGS); Miriam Thais Guterres Dias (Serviço Social UFRGS); Vanessa Panozzo Brandão (Serviço Social UFRGS)

Introdução

O Programa Des'Medida busca constituir um núcleo de referência de pesquisa e formação em Saúde Mental, Sistema Penal e Direitos Humanos com foco na interface entre a rede de atenção psicossocial e instituições de justiça e segurança pública.

Objetivos

O programa atua mediante a promoção de processos de desinstitucionalização da loucura que reforcem a concepção de cuidado territorial da Reforma Psiquiátrica brasileira, desenvolvimento de pesquisas na perspectiva ética-política da criminologia crítica e da luta antimanicomial. Além disso, busca promover iniciativas de formação que busquem a desconstrução do dispositivo da periculosidade do sujeito com doença/distúrbio mental/paciente judiciário em conflito com a lei, estruturar um Observatório que sistematize e difundir informações sobre saúde mental, direitos humanos e sistema penal, com foco violação de direitos.

Metodologia

1) Levantamento, sistematização e análise das experiências de extensão acadêmica e intervenções no campo da desinstitucionalização dos pacientes judiciários no Brasil; 2) Formação-Intervenção problematizando a aplicação das Medidas de Segurança no âmbito do direito penal brasileiro, referenciada nos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Criminologia Crítica; 3) Estruturação de um Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos, bem como criação de um espaço de acolhimento e acompanhamento de casos de violação de direitos que envolvam violências manicomiais e descumprimento das garantias legais garantidas pela Reforma Psiquiátrica brasileira.

Resultados

No momento, o Programa encontra-se implementando a Formação-Intervenção mediante um canal do Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCNI7hcRq5yp3iPiJM3e1ytg>) que já conta com 7 (sete) entrevistas de pesquisadores e em fase de oferecimento de curso de extensão à comunidade acadêmica a partir da UFRGS. A partir deste momento, a equipe considera que o Programa entrará em nova etapa com maior organicidade — que foi dificultada pela pandemia do COVID-19 e as medidas de isolamento social.

Conclusões parciais

O presente programa pretende construir espaços de formação e apoio para profissionais e estudantes, buscando contribuir na promoção do exercício da cidadania e a atenção integral do paciente judiciário, estendendo garantias legais a uma população historicamente alijada de seus direitos.

Referências bibliográficas

BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni. Por uma política de atenção integral ao louco infrator. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2010.
PAULON, Simone M.; PINTO NETO, Moysés; DIAS, Miriam; GUIMARAES, Willian. Desinstitucionalização nos manicômios judiciários: quem se assegura com a medida de segurança? In: Walter Ferreira de Oliveira et al. (Org.). Direitos Humanos e Saúde Mental. 1ed.São Paulo: Hucitec, 2017, v. , p. 356-380.